

TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO E FORMAS DE CONSCIÊNCIA SOCIAL: UM DEBATE SOBRE VIAS DE DESENVOLVIMENTO E GEOPOLÍTICA

Marcos Aurélio da Silva¹

RESUMO:

O presente artigo discute as diferenças sociogeográficas verificadas no processo de transição ao capitalismo, problematizando, a partir de uma perspectiva gramsciana, suas relações com a temática das vias de desenvolvimento presentes no interior do pensamento marxista, bem como com as formulações de Lukács acerca da decadência ideológica do modo burguês de produção e seu expansionismo geopolítico.

PALAVRAS-CHAVE: geografia das transições, vias de desenvolvimento, formas de consciência, geopolítica.

Transition to capitalism and forms of social consciousness: a debate on transition, pathways of development and geopolitics

ABSTRACT:

This article discusses the socio-geographical differences verified in the process of transition to capitalism, questioning, from a Gramscian perspective, its relations with the theme of the paths of development present in the interior of Marxist thought, as well as with the formulations of the Lukács about from the ideological decadence of the bourgeois mode of production and its geopolitical expansionism.

KEYWORDS: geography of transitions, development pathways, forms of consciousness, geopolitics.

Transizione al capitalismo e forme di coscienza sociale: dibattito su transizione, percorsi di sviluppo e geopolitica

ASTRATTO:

Questo articolo discute le differenze socio-geografiche verificate nel processo di transizione al capitalismo, interrogando, in una prospettiva Gramsciana, i suoi rapporti con il tema dei percorsi di sviluppo presenti all'interno del pensiero marxista, nonché con le formulazioni del Lukács sulla decadenza ideologica del modo di produzione borghese e del suo expansionismo geopolitico.

PAROLE CHIAVE: geografia delle transizioni, percorsi di sviluppo, forme di coscienza, geopolitica.

INTRODUÇÃO

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* Marx escreveu:

na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações de produção determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1980, p. 24).

Como se sabe, esta passagem tem servido a marxistas e não marxistas para acusar em Marx um apego ao determinismo econômico. Todavia, como lembrou Gramsci, a um cauteloso materialista histórico – ou *filósofo da práxis* – não fica esquecida “a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é a mola da história” (GRAMSCI, 1975, p. 1592). Do mesmo modo, Georg Lukács, partido igualmente de Engels, advertiu que “o materialismo histórico admite, na concreta realidade social, complexas relações de dependência recíproca” entre os motivos materiais e as formas de consciência (LUKÁCS, 1981^a, p. 148). Na verdade, é este um aspecto do desenvolvimento desigual e combinado, da “síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” a que inescapavelmente está sujeito o *concreto histórico*, como disse Marx em uma rigorosa exposição dialética da história (MARX, 1980, p. 218).

No que respeita ao tema deste artigo, o que acima dissemos é tanto mais correto quanto mais se observa que a transição para o capitalismo no quadro europeu (mas não apenas) guardou visíveis diferenciações espaciais (ou sociogeográficas), elas mesmas elementos da totalidade para a qual Gramsci e Lukács chamaram a nossa atenção. Isto nos remete à categoria de **formação socioespacial** de que falou Milton Santos, lembrando que a dialética inerente à categoria marxista de formação social se apresenta precisamente no fato de que, sendo “uma categoria teórica”, as formações sociais “somente existem” em razão “dos seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade”, e isto enquanto tomadas como “realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial” (SANTOS, 2008, p. 237-8). Trata-se da “identificação”, mas também da “designação” das “formações sociais nascidas do desenvolvimento desigual das forças produtivas e das transformações nas relações sociais”, totalidades que possuem “uma estrutura interna e relações externas” bem precisas, e que exatamente por isso se apresentam como uma “sociedade bem precisa” (SANTOS, 2008, p. 240-42, citando N. MATHIEU e V. GERRATANA). Ou seja, as formações sociais não podem ser estudadas “sem que sejam considerados aqueles dois conjuntos de relações definidos” por Lenin: “as **relações horizontais** e as **relações verticais**”, as primeiras nos dando “a estrutura interna da sociedade”, as últimas nos indicando “as relações de uma sociedade com as outras sociedades”, daí porque “a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio”, mas do mesmo modo “aos outros” (SANTOS, 2008, p. 245).

E eis como compreender o sentido da categoria **espaço** a que se refere Milton Santos, uma realidade que revela “a multiplicidade de situações” no interior da “**unidade da história**”, e exatamente porque parte desta unidade, é ele já “uma natureza transformada ou socializada, uma Natureza Segunda”, a resultar da acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2008, p. 246-7 e 256). Daí porque “um espaço quadrimensional”, um **espaço-tempo**, que simultaneamente se apresenta como “**espaço relativo**”, o “espaço considerado como um sistema de relações ou como um **campo de forças**” (SANTOS, 2008, p. 252). A rigor, uma dimensão que o geógrafo brasileiro desenvolve em diálogo com a *Ciência da Lógica* de Hegel, e por isto mesmo completamente inerente à “categoria de **totalidade**, uma herança deixada a Marx por Hegel” que consagra a determinação “do todo sobre as partes” nos movimentos da história (SANTOS, 2008, p. 184, citando LUKÁCS)². Ao fim e ao cabo, é “todo o **problema das transições e das crises** que está assim colocado, como um problema maior do materialismo histórico e da prática política” (SANTOS, 1982, p. 12-13).

Não surpreende que estas formulações sejam completamente assimiláveis às formulações teóricas avançadas por Gramsci, também ele, como vimos, atento ao problema da totalidade social, chegando a afirmar que Marx “nunca se propôs” a questão “em torno à *causa última* da vida econômica”, problema “precisamente anulado pela dialética” (GRAMSCI, 1975, p. 441-45). Estamos diante das relações que permeiam o “**bloco histórico**”, isto é, a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 1975, p. 1569), magistralmente desenvolvida no caderno 13. É quando Gramsci nos chama a atenção para o entrelaçamento dos “momentos” que dizem respeito “às relações de forças sociais estritamente ligadas à estrutura”, de ocorrência “objetiva”, “independente da vontade dos homens”, e aqueles “da relação das forças políticas” *em seus vários graus* – (1) “econômico-corporativo”, (2) da emergência da “questão do Estado”, mas ainda no terreno da “igualdade jurídico-política”, (3) e aquele “abertamente político”, que assinala “a clara passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas” –, que formam a “mediação” entre o momento político-militar, “imediatamente decisivo de tempos em tempos”, e aquele das relações de forças objetivas, em torno dos quais “o desenvolvimento histórico oscila” (GRAMSCI, 1975, 1584-86).

As relações espaciais inerentes a esta dialética são, para Gramsci, muito claras, e em tudo se associam às reflexões de inspiração leninianas – mas na mesma medida hegelianas – propostas por Milton Santos:

Na história real estes momentos se implicam reciprocamente, por assim dizer horizontalmente e verticalmente, isto é, segundo as atividades econômico-sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticalmente), combinando-se e cindindo-se variadamente... Ainda é preciso ter em conta que a estas relações internas de um Estado-nação se entrelaçam às relações internacionais, criando

novas combinações originais e historicamente concretas (GRAMSCI, 1975, p. 1584-85)

Os estudos em torno das **vias de desenvolvimento** e sua dimensão espacial devem partir do arcabouço teórico acima definido. O conceito de via de desenvolvimento “foi utilizado por Lenin na interpretação da história russa (e também na análise comparativa com a formação norte-americana)” e depois retomado por Lukács que “ampliou o conceito ao construir uma interpretação da particularidade histórica do capitalismo na Alemanha” (MORAES, 2011, p. 25). Mas também “diversos outros autores do campo marxista usaram a expressão”, buscando “explicar as peculiaridades locais, regionais ou nacionais” das formas assumidas pelo capitalismo “nos diferentes quadrantes do globo” (MORAES, 2011, p. 25). E exatamente porque “o avanço na investigação das particularidades de cada formação social o transcende, demandando conceitos e categorias de maior profundidade analítica”, entre eles a “análise da formação dos territórios” (MORAES, 2011, p. 30), é que pensamos ser imprescindível a categoria de formação socioespacial. Já o seu **recorte geográfico**, bem como as articulações espaciais a ele inerente, permite chegar a esta conclusão. O principal recorte está no Estado-nação, pois “seria exagero negar o papel específico da acumulação histórica e do presente nas características individuais de cada país”, mas se considera “útil dar toda a consideração aos aspectos similares entre países de um mesmo continente” (SANTOS, 2008, p. 243), ou macrorregião continental. Do mesmo modo, a “aplicação da categoria de formação social ao caso concreto de uma zona deprimida” não deixa de ser uma pesquisa em torno da formação territorial, já que um exemplo da “significação do particular dentro do geral” (SANTOS, 2008, p. 245). Mas é a centralidade do Estado-nação territorialmente unificado, forma por excelência da geografia das transições, que irá articular as demais formações espaciais, bem como as formas de consciência e as questões geopolíticas a elas imbricadas e das quais iremos nos ocupar neste artigo.

Antes de finalizar esta introdução, duas questões de ordem vocabular precisam ser discutidas.

Primeiro, a temática da transição ao capitalismo exige que se estabeleça uma comparatística entre dois períodos bem diversos da história. O movimento originário da transição, correspondente à formação social da Inglaterra, e cujos traços conclusivos fundamentais encontramos no XVII, exige que se recue a processos que têm origem no século XIII. Por outro lado, as transições de tipo tardio, sobretudo aquelas correspondentes às formações do Leste e Sul da Europa, se arrastam por séculos e irão se concluir apenas no século XIX. Ora, a categoria de **geopolítica** aparece pela primeira vez apenas no final do século XIX com o sociólogo sueco Rudolf Kjellén, desenvolvendo influências que recebeu do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o primeiro a usar a expressão geografia política em uma obra dedicada ao estudo da “geografia dos

Estados, do comércio e da guerra” (MORAES, 1990), definida por Jules Sion como um “verdadeiro manual do imperialismo” (SION, 2016, p. 108). Não obstante, isso não significa que não exista uma geopolítica da fase pré-imperialista, mesmo se objetivamente (filologicamente, no dizer de Gramsci) ela fosse outra coisa. A vemos naquilo que Franco Farinelli chamou a “geografia de marca aristocrático-feudal”, com seus “geógrafos de corte” e sua “ditadura cartográfica”, voltada tão-somente aos mapas de guerra e contra a qual se levantou a “geografia crítica burguesa” de Alexandre Humboldt e Karl Ritter, associada ao desenvolvimento da vida civil que emerge da Revolução de 1789 (FARINELLI, 2014, 14-18).

Segundo, se aqui temos como central a categoria de **formação socioespacial**, desejando indicar com ela que o espaço é ele mesmo um momento da totalidade social, isso não exige que nos reportemos sempre a este vocábulo. Como Milton Santos assinalou, o importante é estar consciente de que uma “ciência geográfica assim revificada seria a disciplina das formações sócio-econômico-espaciais ou, para abreviar, Formações sócio-espaciais”, mas poderíamos “também falar exclusivamente de formações sociais, pois estas não se realizam de maneira nenhuma fora do espaço” (SANTOS, 2008, p. 240).

I - O DEBATE DA TRANSIÇÃO

Tratando das teorias então hegemônicas acerca do desenvolvimento histórico, e partindo da crítica que Marx endereçou a Mommsen, Antonio Gramsci, em carta à mulher Giulia do início da década de 1930, se referiu às “proporções doentias” que estavam assumindo a visão que “julgava ser ‘capitalista’ toda economia ‘monetária’”, posição defendida por historiadores como Rostovostzev, “russo que ensinava na Inglaterra”, e o italiano Corrado “Barbagallo, um discípulo de Guglielmo Ferrero” (GRAMSCI, 1996, p. 310). No parágrafo 9 do caderno 11, Gramsci volta a criticar Ferrero e Barbagallo, referindo-se a eles como representantes da “sociologia positivista”, seguidores da metodologia histórica Ettore Ciccotti, que “termina por perder o conceito de distinção e de concretude ‘individual’ de cada momento do desenvolvimento histórico” (GRAMSCI, 1975, p. 1373). A sequência de parágrafos do início do caderno 11 não deixa dúvida quanto ao argumento de Gramsci acerca do andamento da história, que parte da visão “progressiva e dialética” do hegeliano Bertrando Spaventa para criticar o “mecanicismo bastante empírico e muito vizinho ao mais vulgar evolucionismo” da pedagogia de Labriola e Gentile (GRAMSCI, 1975, p. 1366-68)

Não é o caso de afirmar que a crítica do modelo mercantil que Gramsci endereça à historiografia positivista tenha influenciado diretamente a pesquisa marxista europeia dos anos de 1940 e 1950. O fato é que foi Maurice Dobb, economista inglês com

relações com a cultura comunista italiana, que deu a maior contribuição nessa direção com o seu *Studies in the Development of Capitalism*, de 1946. Dobb conheceu, por exemplo, através de Pierro Sraffa, Giogio Amendola, e chegou a viajar com Sraffa no verão de 1930 à URSS para visitar a mulher de Gramsci no sanatório, viagem à qual a própria Tatiana Schucht, irmã de Giulia encarregada dos contatos de Gramsci com o mundo externo ao cárcere fascista, considerou participar (HENRIQUES, 2005, p. 24)³.

Dobb desenvolve um argumento sustentado por Marx no livro III de *O Capital*, segundo o qual “o novo modo de produção que tomará o lugar do antigo é coisa que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo de produção antigo” (MARX, *Apud DOBB*, 1987, p. 51). Paul Sweezy pôs a prova o argumento de Dobb através de uma crítica publicada na revista *Science and Society* da primavera de 1950, mas o amplo debate que se seguiu ao livro do economista inglês e à crítica de Sweezy terminou por confirmar as conclusões de Dobb (SWEETZY *et. al.* 2004), fazendo delas uma espécie interpretação paradigmática. Mesmo Robert Brenner, que iniciou nova fase do debate nos anos de 1970 modificando conclusões importantes de Dobb, dá continuidade à crítica da tese que Gramsci identificou à historiografia positivista. Assim como Dobb, Brenner põe em questão o argumento que fala do “impacto do comércio como desintegrador do poder senhorial” (BRENNER, 1988, p. 54). E assim como Dobb define o modo de produção feudal pela “relação entre o produtor direto” e “seu usurpador imediato, ou senhor, e no teor sócio econômico da obrigação que os liga entre si” (DOBB, 1987, p. 44), insistindo ter sido a “revolta dos pequenos produtores” “a luta de classe crucial” que explica o “colapso” “da exploração feudal”, mais do que “conceitos vagos como ‘a expansão do mercado’ ou ‘a ascensão da economia monetária’” (DOBB, 2004, p. 211), também Brenner irá insistir na “necessidade de interpretar adequadamente as mudanças nas forças econômicas e demográficas” a partir das “relações de classe historicamente constituídas e especialmente de diferentes equilíbrios de poder de classe” (BRENNER, 1988, p. 54).

São estas relações de classes que, num e noutro autor, permitem melhor apreender as diferenças espaciais nos processos de transição. E eis o que torna incompreensível a radical diferença que o geógrafo Robert Moraes tenta estabelecer entre os dois autores, especialmente ao propor que Dobb “ajudou a sedimentar a visão da particularidade inglesa como modelo universal” (MORAES, 2011, p. 26). O próprio Dobb insistiu em falar “não de uma única história do capitalismo, e da forma geral apresentada por ela”, “mas de uma coleção de histórias do capitalismo” (DOBB, 1987, p. 30), e cuja apreensão exige o recurso à comparatística espacial, pois embora “uma revolução social pareça conter a noção de descontinuidade”, no sentido de “uma mudança abrupta de direção”, ela “perde seu significado simples quando deixamos de exprimi-la em termos de analogias espaciais” (DOBB, 1987, p. 22). A rigor, uma vez que se ocupa de uma “história geográfica da constituição da economia mundo”

(MORAES, 2011, p. 18), a crítica de Moraes busca reestabelecer o modelo mercantil, agora partindo da categoria de economia-mundo de Immanuel Wallerstein – que ao lado dos esquemas de Sweezy e Gunder Frank foi criticada por Brenner como expressão de um marxismo neosmithiano (BRENNER, 1979).

Para Maurice Dobb, a expansão do comércio a partir do século XII, longe de demarcar a emergência do modo de produção capitalista, como na influente interpretação do historiador Henri Pirenne – para quem o capitalismo significava apenas “a tendência para a contínua acumulação de riqueza” (HILTON, 2004, p. 183) – implicou, em muitas regiões da Europa, um verdadeiro recrudescimento das relações feudais de produção, movimento que Engels, referindo-se à Europa oriental, definiu como o de uma segunda servidão.

Certamente, alertou Dobb (1987), a expansão comercial atuou como um fator de declínio do feudalismo, na medida em que ampliava as necessidades de renda da classe dominante feudal, interessada no comércio de luxo que crescia. Todavia, ela atuou ao lado da subenfeudação, da guerra e do banditismo, do crescimento demográfico sem ampliação das terras de cultivo até o ano 1300 e, após esse período, do declínio populacional na maior parte da Europa ocidental. Foi este conjunto de forças que intensificou a pressão por maiores exações sobre os produtores diretos, fator desencadeador de inúmeros *conflitos de classe* que, todavia, encontraram particulares soluções conforme as diferentes regiões. Os mesmos conflitos que acabaram atuando como o motor decisivo do processo de transição, expressão mesmo da dialética interna do modo de produção feudal, tão desprezada na leitura de Sweezy (TAKAHASHI, 2004). Uma leitura muito apegada à ideia do “caráter inerentemente conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental”, bem como de que o “comércio não pode de maneira alguma ser considerado uma forma de economia feudal” (SWEEZY, 2004, p. 43 e 49).

Para Dobb, foi na Inglaterra que a crise das rendas feudais encontrou o caminho do amplo desenvolvimento capitalista. Já no século XIV o despovoamento dos campos que resulta dessa crise levou a uma tendência de melhoramento da propriedade senhorial, bem como a uma redução do seu tamanho por meio do arrendamento aos camponeses (DOBB, 1987). Entre os séculos XV e XVII, isso permitiu uma diferenciação social no interior da economia rural que produziu uma camada de agricultores prósperos – o “pequeno modo de produção” dos agricultores e artesãos abastados –, empregadores do trabalho assalariado de seus vizinhos pobres (DOBB, 1987). Aliás, se podemos falar também para a Inglaterra do rentismo dos grandes exportadores e de sua feudalização, isso se restringiu à oligarquia comercial das grandes companhias londrinas, que contavam com os privilégios monopolistas da Coroa para o controle de mercados, “tanto através do mar do Norte como pelo Mediterrâneo” (DOBB, 1987, p. 120 e ss.). Enquanto isso, uma burguesia provinciana dava curso à

acumulação capitalista, com a intensificação da divisão social do trabalho e o desenvolvimento de um mercado interno que quebrava a autossuficiência das unidades econômicas mais antigas (as aldeias senhoriais) (DOBB, 1987), processo que se beneficiava da violenta expropriação iniciada no “último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (MARX, 1988, p. 254).

Se acima dissemos que a leitura de Dobb foi continuada por Robert Brenner (1988), é preciso dizer que há entre as duas interpretações diferenças importantes, e isto até mesmo se tomamos o debate que se seguiu nos anos 50.

Primeiro, Brenner (1988) estende o alcance da controvérsia para o campo da historiografia não marxista. Ele debate com o neomalthusiano Le Roy Ladurie (1988), que enfatizava o equilíbrio das tendências de longo prazo da Europa medieval e de princípios da Idade Moderna. Um equilíbrio que se daria através dos ciclos agrários de duas fases, marcados por: *a*) um período de crescimento demográfico, que diante de uma técnica estagnada, produzia uma alta de preços em favor da produção agrícola frente àquela manufatureira; *b*) um processo posterior de autocorreção, quando a tendência demográfica se inverte em razão da escassez, da fome e das epidemias. Para Brenner, esse ciclo demográfico apenas vale se se puder integrá-lo na análise das **diferenças geográficas das relações sociais de propriedade**, critério que se afigura crucial para superar as deficiências do modelo quanto à interpretação dos avanços da especialização, do investimento de capital e da mudança tecnológica, a rigor manifestas sob uma forma geograficamente desigual.

Segundo, e eis aqui uma diferença de fundo, Brenner parece não subscrever a tese, já presente em Marx, de uma profunda inversão social no campo inglês, determinada pelo fato de que os contratos entre arrendatário e senhor permaneceriam fixos – “os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos” –, enquanto aumentava a produtividade da terra que o primeiro cultivava, bem como, a partir do final do século XV, lhe subiam os lucros como decorrência da inflação geral de preços (DOBB, 1987; MARX, 1988, p. 271 e ss.). Para Brenner (1988), já que os senhores ingleses, desde fins do século XIII, controlavam em seus domínios cerca de 1/3 da terra cultivada, ao passo que outro 1/3 era terra sujeita a exações arbitrárias (dízimos, laudêmios), isso fez com que, no início da Idade Moderna, a maior parte do campo inglês estivesse nas mãos do senhorio, facultando a ele a introdução de contratos de arrendamento por prazos determinados (anos ou vidas) e crescentemente sujeitos a formas estritamente econômicas (ajustáveis às leis de mercado). Fato que teria dado lugar à superação das relações feudais de produção, baseadas na coerção extraeconômica.

E aqui começa toda a diferenciação geográfica de que antes falamos. Enquanto a **formação inglesa**, organizada a partir da hierarquia tripartite *senhores comerciantes, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados*, chega ao século XVII já com

uma dinâmica divisão social e territorial do trabalho – transitando a zona central da produção de grãos para a pecuária e a indústria, enquanto o sul se especializa na produção de cereais, que reproduziam a baixo custo o salariado –, a França, com 85% a 90% da terra camponesa livre de quaisquer imposições arbitrárias, atravessa o século XVIII com uma produtividade agrícola extremamente baixa (cerca de 8% entre 1700 e 1789, contra 47% para a Inglaterra) (BRENNER, 1988).

Sem dúvida, pelo menos no que respeita aos resultados sociais de longo prazo – a emancipação econômica das camadas subalternas no curso do processo histórico –, a situação francesa parece repetir algo do desenvolvimento bloqueado da **Europa oriental e mediterrânea**. Trata-se, todavia, de uma aparência.

Vejam os.

Na grande **formação a leste do Elba**, os senhores de terra, reagindo ao estancamento da mão de obra migrante que afluía do Ocidente até pelo menos a grande peste de 1348, avançavam na condição de mercadores intermediários – explorando o rico negócio das exportações de grãos para a Europa ocidental – com a imposição de pesadas exações extraeconômicas às comunidades camponesas, elas que até então gozavam de um tipo de servidão difusa, pagando rendas fixas e com *status* de pessoa livre (BRENNER, 1988).

Eram as mesmas exações aquelas que ainda em meados do século XVIII marcavam os camponeses napolitanos. Situados na área de influência de uma cidade dominada por grandes mercadores exportadores que há muito atuavam como uma aristocracia de rentistas, já que aliados dos grandes senhores de terra desde pelo menos o século XIII (HILTON, 2004; MERRINGTON, 2004), esses camponeses não pagavam em dinheiro nem a décima parte de suas necessidades de consumo. Uma realidade social, diga-se, que põe a nu as **falhas do modelo mercantil** de interpretação, revelando o seu caráter dualístico e evolucionista, já que apegado à mecânica associação entre cidade e capitalismo de um lado, campo e feudalismo de outro (MERRINGTON, 2004). Aliás, no que concerne às repercussões espaciais desses processos, eis o que Gramsci chamou o paradoxo das “cidades do silêncio”, aquelas em que “existe, entre os grupos sociais, uma unidade ideológica urbana contra o campo (GRAMSCI, 1975, p. 2036). Um fenômeno que, na Itália, é classicamente napolitano, mas muito presente na **formação territorial** de todo o *Mezzogiorno* (o sul e as ilhas) e ainda das cidades da **Itália central**, que tomaram o caminho de uma “*via di mezzo* entre Norte e Sul” (GRAMSCI, 1975, p. 2037).

Não obstante, em Brenner, malgrado o capital comercial e as cidades medievais não fossem um agente da transição, não é decisivamente ele, comércio, como tendem a sustentar o conjunto dos interpretes que se puseram ao lado de Dobb, que promove a segunda servidão. Para Brenner este argumento apenas inverteria a tese do modelo mercantil, com o resultado de que se daria pouca atenção para a estrutura das relações

de classe historicamente constituídas, e especialmente para as diferenças, a toda prova geográficas, observadas nos equilíbrios de poder entre as classes.

É assim que, adverte Brenner (1988), ao tratar-se da **formação social francesa**, seria preciso ter o cuidado de não a incluir nas formações submetidas à segunda servidão. Na França os senhores de terra, dilacerados por uma estrutura política marcada por múltiplas jurisdições (a norma do feudalismo francês era, “o vassalo de meu vassalo não é meu vassalo”), foram derrotados pelas comunidades camponesas, que se mantinham fortemente coesas. E eis a origem do Estado absolutista na sua forma mais típica, já que os senhores, enfrentado forte queda das rendas feudais desde pelo menos os séculos XII e XIII, e já muito débeis diante das imposições fiscais da monarquia, tiveram que se converter em “cortesãos”, isto é, ocupar diferentes cargos públicos na administração real. A mesma administração que, dada à resistência camponesa, irá abolir a servidão nas terras do centro e do leste nos séculos XV e XVI, bem como deixar a cobrança das taxas reais a cargo da comunidade local, o que teve por efeito enfraquecer ainda mais os senhores. Compreende-se assim porque, em oposição à Inglaterra, a França tenha sido forçada a conviver com as antigas limitações da propriedade camponesa, marcada pela baixa especialização, fraca inovação e tendência à subdivisão. Tudo conduzindo a uma preservação do velho regime demográfico, dominado pela baixa idade dos casamentos.

Mas para Brenner não se trata de pensar cada via de desenvolvimento de maneira unilinear, a partir de interpretações individualizadas das histórias estatais. Uma tendência, vale recordar, que já Gramsci havia acusado no historicismo de Benedetto Croce, insistindo que “na história e na produção da história a representação ‘individualizada’ dos Estados e das Nações é uma mera metáfora” (GRAMSCI, 1975, p. 1222).

É este o caminho seguido pelo historiador marxista Guy Bois (1988), alvo da crítica de Brenner. No fundamental, Bois pensa o processo de diferenciação entre a Inglaterra e a França utilizando a noção de desenvolvimento desigual em um sentido que é apenas temporal, isto é, ligado à idade do sistema. Por esta interpretação, cada região estatal poderia passar pelo mesmo modelo de desenvolvimento, sem que qualquer forma prévia de evolução externa pudesse influir direta ou indiretamente. Segundo a crítica de Brenner, “o mecanismo da acumulação feudal não foi apenas ‘desigual’, mas também ‘combinado’” (BRENNER, 1988, p. 301), vale dizer, um **desenvolvimento desigual e geograficamente combinado**. E eis como entender em detalhes a evolução do processo inglês e a relação que este teve com o observado na formação social francesa. O controle sobre o campesinato, que acima vimos ser central na Inglaterra, tem raízes na organização normanda que caracterizou o feudalismo inglês desde as conquistas do território. Uma organização marcada pela supremacia do Duque na regulação dos litígios entre vassalos e colonos, processo que resultava não tanto da

imposição do Duque, mas do nível de solidariedade da aristocracia normanda em seu conjunto. Como resultado, na formação britânica foram impedidas as guerras intestinas (algo inconcebível no continente), e assim introduziu-se um procedimento no qual todo novo vassalo ou colono jurava fidelidade não só ao senhor imediato, mas também ao rei, e organizou-se uma monarquia em que o poder do rei não era mais que a expressão de uma colaboração senhorial profunda e distendida. Em resumo, o reconhecimento mútuo para controlar o campesinato, os recursos financeiros da coroa e a organização militar, com o fito de atuar contra as aristocracias do continente.

Entende-se agora como pode ter operado o processo de desenvolvimento desigual e geograficamente combinado: os grandes conflitos territoriais do período medieval não abalaram a Inglaterra. O campo inglês não sofreu com a guerra dos Cem Anos (1337-1453), cujo palco foi o território francês. E assim também se pode entender porque a formação francesa teve de levar adiante, em uma escala muito superior, a centralização do Estado Absolutista. Um efeito direto daquela **geopolítica das transições**, conceitualmente não definida, a qual se ligava a **geografia de corte**.

II – QUESTÃO AGRÁRIA, DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E GEOPOLÍTICA

Lenin falou de duas grandes vias para a transição capitalista. Uma delas é a de **tipo norte-americano ou clássica**, onde “não existem domínios latifundiários”, ou estes “são fragmentados pela revolução” e o camponês vai “evoluindo até se tornar o granjeiro capitalista” (LENIN, 1980, p. 30). Foi esta a via que interessou a Maurice Dobb (1987) na leitura da diferenciação social que produziu a **burguesia parvenu** da periferia britânica, posteriormente transformada na classe dos grandes arrendatários capitalistas de que falou Brenner (1988). A segunda é a de **tipo prussiano**, onde “a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração **burguesa júnker**, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo” (LENIN, 1980, p. 30). O detalhe a destacar, para nossos propósitos, é que na via prussiana estamos diante de uma forma de transição em que são amplamente preservados “os pilares da antiga ‘superestrutura’” (LENIN, 1988, p. 10).

O esquema acima parte da análise que faz Marx da malograda revolução alemã de 1848, em que ele confronta o processo alemão com as revoluções inglesa e francesa, símbolos maiores da dissolução da feudalidade:

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (*stils*) europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem

social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais... (MARX, 1987, p. 56).

Nada disso, assinala Marx, teria cumprido a burguesia alemã, de extração especialmente renana, nos idos de 1848. Pressionados, por um lado, pelas sublevações populares, e por outro pelas necessidades financeiras da Coroa, pressuposto da assunção burguesa ao poder do Estado (MARX e ENGELS, 1991), seus representantes buscaram antes o caminho do compromisso, a tentativa de “economizar nos custos de produção do domínio burguês”, o que “sobrecarregou a burguesia com os milhões exorbitantes que custa a restauração do domínio feudal prussiano” (MARX, 1987, p. 75). Como resultado, viu-se o fortalecimento da aristocracia feudal das velhas províncias prussianas, sua polícia, seu exército, sua burocracia e seu judiciário, este o sustentáculo da preservação, até o ano de 1900, da lei prussiana, uma lei criminal, constitucional, civil, administrativa e eclesiástica, incumbida de garantir os privilégios feudais (MARX, 1987, pp. 53 e 77).

A leitura de Marx influenciou não só Lenin. Também o Lukács de *El assalto a la razón* é fortemente tributário dela. E aqui está o que nos interessa. Vale dizer, aqui está o ponto em que convergem os estudos em termos de **vias de desenvolvimento** e as questões de **geopolítica**. Para Lukács, se sob o capitalismo a divisão social do trabalho se aprofunda e difunde amplamente e, assim o fazendo, “se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações” ideológicas (LUKÁCS, 1981^b, p. 121-2), é nas **formações de base agrária com fortes resquícios feudais** e fraca tradição democrático-burguesa, que este processo irá se apresentar sob as formas mais dramáticas. Estaríamos diante da glorificação do irracionalismo e do anticapitalismo romântico, expressão maior da fuga da realidade econômica e social, ou da justificativa do “compromisso de classe entre a burguesia e os resíduos do feudalismo” – justificativa já adiantada por Malthus – a dar as cores ideológicas “essenciais” dessa evolução:

O irracionalismo como concepção do mundo fixa esta vacuidade da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-a rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto... Paralelamente à decadência do capitalismo... o irracionalismo apela... aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue e do solo”, puderam encontrar tão rápida difusão nas massas pequeno burguesas...

é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência... (LUKÁCS, 1981^b, p. 127).

É certo que, reconhece Lukács, como o disseram Marx e Engels, o desenvolvimento desigual explica que também as situações mais atrasadas possam conhecer um florescimento da cultura (LUKÁCS, 1981^b). Não obstante, é forte no filósofo húngaro a ideia de que, para “justificar do ponto de vista ideológico as relações do Reich bismarckiano com a velha Alemanha semifeudal e semi-absolutista”, foi central o papel da “filosofia romântico-reacionária”, uma “filosofia da decadência” (LUKÁCS, 1981^a, p. 136-7). É a entrada na fase imperialista, consoante à preservação do compromisso entre burguesia e feudalismo dos Hohenzolern, que define de modo definitivo este processo. Podemos encontrá-lo na emergência da deformação irracionalista do anticapitalismo romântico de Tönnies, com sua oposição entre civilização e cultura, no enérgico retorno ao passado da “filosofia da vida” de Nietzsche, na “existência autêntica” que posteriormente aparece em Heidegger, e mesmo no sutil irracionalismo de Max Weber, cuja defesa de uma Alemanha democrática partilhava “com outros imperialistas alemães a concepção geopolítica (colonizadora) dos ‘povos de senhores’”, erigida no Reich Guilhermino (LUKÁCS, 1981^a, 153).

Não há dúvida, todos esses desenvolvimentos correspondem ao caráter reacionário que irá marcar a hegemonia da Prússia na unificação alemã, um processo que ganha força após a derrota das Guerras de Libertação (*Befreiungskriege*). Foi após a “agitação napoleônica”, motor da transformação capitalista a partir do exterior, que a Alemanha imerge numa “crise colossal dos mitos”, abraçando “uma onda reacionária e um turvo chauvinismo” (LOSURDO, 2008, p. 15).

Todavia, é preciso reconhecer que a categoria de **decadência ideológica**, e a imputação ao romantismo alemão que ela comporta, encerra uma espécie de visão escatológica, esquecida da advertência do próprio Marx “contra o dogmatismo de uma visão reduzida da sociedade como uma única e indiferenciada ‘massa reacionária’” (LOSURDO, 2006, p. 190). Mesmo Victor Klemperer, muito preso à ideia de uma forte relação entre nazismo e romantismo, e não somente o *Kitsch* – em referência à estilística –, mas até mesmo o autêntico, que para ele domina o III Reich, soube ver aí não mais que um romantismo “estreito, limitado, pervertido”, para fazer notar a existência de grandes nomes da cultura humanista de extração romântica, como Goethe e Alexandre Humboldt (KLEMPERER, 2009, p. 324). Com efeito, tomando distância de Lukács, Losurdo (1987) nos lembra que o período que encerra as Guerras de Libertação não pode ser interpretado como inteiramente reacionário, uma configuração que se torna mais concreta basicamente na segunda metade do século XIX. O filósofo italiano nos remete a Engels. Foi o parceiro intelectual de Marx aquele a insistir que “também o povo alemão tem a sua tradição revolucionária”, como nos mostra “a Reforma e a guerra dos camponeses”, mas também “a ‘revolução filosófica’”, com o “desenvolvimento do

idealismo de Kant e Hegel”, que “havia precedido e preparado a erupção da ‘revolução política’ de 1848”, bem como as “reformas seguidas à derrota de Jena” (1806) e das Guerras de Libertação”, todas elas, ressalta Engels, marcando “o início da revolução antifeudal na Alemanha” (LOSURSO, 1987, p. 161).

Ainda uma vez, é preciso considerar que a conservação das relações feudais consagrada na lei prussiana ficou muito restrita ao leste do Elba, ou seja, ao território prussiano (MARX, 1987, p. 77-8). Ao mesmo tempo, se o processo lembra algo da **questão territorial** presente na transição capitalista italiana (GRAMSCI, 1975) – a **troca desigual entre campo e cidade** que atravessa as estruturas regionais para alcançar uma dimensão nacional –, ele nos faz ver que não se trata de um fenômeno apenas alemão. Aliás, mesmo Dobb se referiu a uma “**política colonial interna**” ao falar dos capitalismo tardios do século XIX, capaz de recriar no interior de uma formação “um sistema de metrópole e colônia”, o que incluía a Alemanha, a Rússia e até formações liberais como a França e os EUA (DOBB, 1987, p. 197).

Não há dúvida, já geograficamente redutora, a associação entre resquício feudal alemão e decadência ideológica é ainda incapaz de reter a dialética da história, muito clara nas advertências de Engels. Mesmo se o seu andamento é às vezes “lento e silencioso”, como concluiu Gramsci na esteira de Hegel (BURGIO, 2002, p. 21). Mais do que decadência ideológica como expressão de uma via prussiana, a formação alemã parece melhor interpretada pela categoria gramsciana de revolução passiva. A “questão nacional e de classe” se resolveram por um caminho “intermediário”, com a “fusão do velho e do novo” significando que, se “as velhas classes feudais permanecem como camada governante do Estado”, mantendo “amplios privilégios corporativos no exército, na administração e sobre a terra”, elas “ao menos” se “tornam os intelectuais da burguesia” (GRAMSCI, 1975, p. 2032), forçando a estrutura do Estado a uma maior abertura.

Alcançada essa conclusão, estamos prontos para uma apreciação filológica da categoria de **geopolítica**, tomada em sua **acepção hodierna**. Como vimos, ela tem origem na geografia política de Ratzel, para quem o Estado correspondia às “regiões orgânicas em sua variação”, movimento basicamente instituído pela “natureza fluída” das suas “populações”, uma concepção a partir da qual o geógrafo alemão chegava a acusar como “dogmática e estéril” a descrição do “território estatal como objeto estável e inteiramente fixo” (RATZEL, 1990, p. 176). Um Estado que se desenvolve por uma “lógica” e “interesses próprios”, estando no centro desses interesses o “apetite territorial”, destinado a “garantir e aumentar o espaço vital” (MORAES, 1990, p. 25). Ora, essa forma reacionária de conceber o Estado é sobretudo filha do pós-1848. É a época da *Realpolitik* de Rouchou e Baugarten, bem como da ideia bismarkiana de uma Alemanha “que se tornou grande não através do liberalismo e do livre pensamento”, mas por seus “governantes fortes”, “que tiveram o máximo cuidado com as forças

militares e financeiras do Estado”, e que com suas “autocráticas mãos” souberam “lança-las com coragem e sem escrúpulos nos equilíbrios da política europeia assim que se apresentou o momento favorável” (LOSURDO, 1987, p. 35-40). Ou seja, uma categoria que tem relação direta com a **fase imperialista**, como acertadamente aponta Lukács, mas não com a fase ainda “estético-literária” que marca a Alemanha do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX (LOSURDO, 1987, p. 36). O período *Vormärz*, associado às agitações políticas que antecederam as revoluções de 1848 e responsável por toda uma onda de reformas. É desse período a ideia de que o Estado não deve ter uma configuração infinita, como definiu Hegel. Um Estado que não alcança a esfera da família, da sociedade civil, do espírito absoluto (a arte, a filosofia, a religião), e não pode se sobrepor à “história da relação entre os Estados” (LOSURDO, 1987, p. 117-119), o que põe em questão as formulações da geografia política de Ratzel.

É esta apreciação que permite também concluir ser incorreta a tese de que a **geografia de Ratzel** é filha do romantismo alemão, como propôs Moraes a partir de uma aceitação acrítica do Lukács de *El asalto a la razón* (MORAES, 1990, p. 19). É certo que esta geografia é parte de uma “teoria da história” que se associa ao expansionismo bismarkiano, ou seja, uma filosofia da história dedicada à “naturalização da guerra e da competitividade entre as nações” (MORAES, 1990, p. 18-20). Mas sua vinculação direta ao romantismo é um equívoco. Demarca bem este equívoco a associação entre Ratzel e Herder (MORAES, 1990, p. 16-7). Herder é a rigor um “antiimperialista” que “rejeita apaixonadamente a eficácia da conquista”, sendo sua francofobia apenas uma reação à arrogância dos “oficiais franceses” enviados por Federico, o Grande, para “reformular a economia da Prússia Oriental” (JAHANBELGLOO, 1996, p. 131-2). Assim é que, se Ratzel, após ter viajado aos EUA, chegou a desejar (“*un auspicio*”) a “falência” do projeto de “uma sociedade fundada sobre o princípio da igualdade racial” (LOSURDO, 2015, 301-2), Herder, contemporâneo de Goethe e mesmo Hegel – este já ultrapassando a *Romantik* –, não só realçou “reiteradamente a unidade do gênero humano”, como insistiu que “não se deve privilegiar qualquer estirpe, qualquer povo da Terra”, segundo se lê em uma historiografia nazista que lamentava não poder instrumentalizá-lo para o projeto do III Reich (KLEMPERER, 2009, p. 223).

BREVE CONCLUSÃO

Os estudos marxistas acerca do problema da transição ao capitalismo têm concluído que os grandes modelos explicativos são insuficientes para dar conta das histórias concretas das diferentes formações e suas vias de desenvolvimento. Os estudos dos anos 1940 e 1950 de Dobb e dos marxistas que o seguiram, afastando-se do modelo mercantil de Pirrene e Sweezy, deram grande contribuição nessa direção. A categoria

de formação socioespacial elaborada por Milton Santos corresponde bem à necessidade de apreender essas histórias concretas, pois permite que se trabalhe simultaneamente ao nível teórico e histórico, meio através do qual as particularidades espaciais (ou sociogeográficas) emergem como momentos da totalidade, e assim também um campo de forças. Esta é uma abordagem completamente assimilável à categoria gramsciana de bloco histórico, e não só porque expressão das relações dialéticas entre estrutura e superestrutura, mas também porque Gramsci sempre se ocupou da espacialização da totalidade social. Uma vez que o bloco histórico remete às relações sociais e políticas, não surpreende que Gramsci tenha sido um precursor da crítica ao modelo mercantil de transição.

As pesquisas de Brenner nos anos 70 modificaram importantes conclusões de Dobb. Essas conclusões permitiram apreender ainda mais detalhadamente as particularidades das formações em transição. Não obstante, a crítica do modelo mercantil (agora com foco em Gunder Frank e Wallerstein) não se alterou. Os estudos de Brenner permitem concluir que as vias de transição de que falou Lenin, associadas ao tipo clássico e prussiano, não podem ser tomadas de maneira a-histórica. Mesmo Dobb, por exemplo, não estabeleceu muito bem a diferença entre a transição francesa e inglesa, tendendo a associá-las sempre à via clássica, ao passo que despreza os efeitos sobre a primeira da geopolítica das transições. A rigor, foi Lenin mesmo quem assinalou este perigo, indicando que na realidade concreta são possíveis “combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista” (1982, p. 11).

As análises que buscam traçar uma linha direta entre via prussiana, decadência ideológica e geopolítica colonialista revelam o mesmo problema da ausência de concreticidade histórica referida por Lenin. A análise da perspectiva histórica reacionária da geografia de Ratzel, embrião do conceito de geopolítica – o espaço como “campo de força” por excelência – que serviu aos totalitarismos do século XX, torna-se incompreensível por esse ângulo de análise, a rigor iniciado por Lukács. A formação alemã, até 1848 permeada por lutas democráticas e populares que correspondem ao desenvolvimento da revolução antifeudal na Alemanha – o período conhecido por *Vormärz* –, é pouco aderente às tentativas de enfeixá-la numa rígida interpretação da via prussiana. A categoria gramsciana de revolução passiva, lembrando a maior concretude histórica exigida por Lenin, e uma vez que registra o andamento dialético da história já na sua forma vocabular, mesmo se um andamento “lento e silencioso” – molecular, nas palavras Gramsci, que tomava esses processos antes de tudo como “critério de interpretação” – é uma categoria promissora para a solução desses problemas.

REFERÊNCIAS

BRENNER, R. Estructura de classes agrária y desarrollo econômico en La Europa preindustrial. **El debate Brenner**: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. Aston, T. H. y Philpin, C. H. E. (eds.). Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

BRENNER, R. Los orígenes del desarrollo capitalista: crítica del marxismo neosmithiano. **En Teoría**, n. 3, 1979.

BOIS, G. Contra la ortodoxia neomalthusiana. **El debate Brenner**: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. Trad. Castellana I. Moll y P. Iradiel. Aston, T. H. y Philpin, C. H. E. (eds.). Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

BURGIO, A. **Gramsci storico**. Laterza: Bari-Roma, 2002.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Trad. M. do R. Braga, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Einaudi: Torino, 1975.

_____. **Lettere dal Carcere (1926-1937)**, a cura di A. A. Santucci. Palermo: Sellerio, 1996.

HENRIQUES, L. S. Introdução. GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere**. Trad. L. S. Henriques. Coutinho, C. N. e Henriques, L. S. (orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HILTON, R. Capitalismo – o que representa esta palavra? SWEEZY ET. AL. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: 2004.

FARINELLI, F. Guida al Viaggio dei viaggi. HUMBOLDT, A. **Viaggio alle regioni equinoziali del nuovo continente**. Farinelli, F. (org.), Quodlibet: Macerata; Humboldt: Milano, 2014.

JAHANBELGLOO, R. **Isaiah Berlin: com toda liberdade**. Trad. F. Kon. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KLEMPERER, V. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Trad. M. B. P. Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

LENIN, V. I. **O programa agrário**. São Paulo: LECH, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 3. ed. Trad. J. P. Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LE ROY LADURIE, E. Una réplica al professor Brenner. **El debate Brenner**: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. Aston, T. H. y Philpin, C. H. E. (eds.). Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

LOSURDO, D. **Antonio Gramsci**: do liberalismo ao “comunismo crítico”. Trad. T. Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

_____. A Revolução, a nação e a paz. **Estudos Avançados**, n. 62, 2008.

_____. **Hegel e la libertà dei moderni**. 2. Vol. La Scuola di Pitagora: Napoli, 2011.

_____. **La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel**. Istituto Italiano per gli Studi Filosofici: Napoli; Guerini e Associati: Milano, 1987.

LUKÁCS, G. Determinações para a crítica particular do desenvolvimento da sociologia. **Lukács – Sociologia**. Netto, J. P. e Coutinho, C. N. (Orgs.). São Paulo: Ática, 1981^a.

_____. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. **Lukács – Sociologia**. Netto, J. P. e Coutinho, C. N. (Orgs.). São Paulo: Ática, 1981^b.

MARX, K. **O Capital**. Trad. R. Barbosa e F. R. Kothe. 3 ed. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. M. H. B. Alves. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **A burguesia e a contra-revolução**. 3 ed. Trad. J. M. D. Chasin; J. M. D. Prades e M. V. M. Aguiar. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. e ENGELS. **A ideologia alemã**. Trad. J. C. Bruni e M. A. Nogueira, 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MERRINGTON, J. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In: SWEEZY ET. AL. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: 2004.

MORAES, A. C. R. A antropogeografia de Ratzel: indicações. **Ratzel – Geografia**. Trad. F. Murad e D. Bottman. Moraes, A. C. R. (org.). São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. **Ratzel – Geografia**. Trad. F. Murad e D. Bottman. Moraes, A. C. R. (org.). São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, M. Sociedade e para quem o espaço pode ser: a formação social como teoria e como método. **Sociedade e Espaço**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SION, J. A segunda edição da Geografia Política de Friedrich Ratzel. Trad. M. D. de Souza. **Revista de Geopolítica**, v. 7, n. 2, jul./dez, 2016.

SWEEZY, P. Uma crítica. SWEEZY ET. AL. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: 2004.

TAKAHASHI, K. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY ET. AL. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: 2004.

¹ Professor do departamento de Geociências da UFSC. Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP, com estágio de Pós-doutorado em Filosofia Política na Università degli Studi di Urbino ‘Carlo Bo’.

² A referência ao Hegel da *Ciência da Lógica*, base teórica para a noção de espaço relativo, é a que segue: “toda coisa tem propriedades; estas são, antes do mais, suas relações com as outras coisas [...] mas seguramente a própria coisa [...] tem a propriedade de provocar esse ou aquele efeito em uma outra coisa e de se exteriorizar, nas suas relações, de uma maneira original” (SANTOS, 2008, p. 187-188). Na obra *Metamorfoses do Espaço Habitado* Santos aprimorou essa noção partindo do geógrafo nigeriano Akin Mabogunje, para quem o pode ser o **espaço absoluto**, “uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única”, o **espaço relativo**, produto das “relações entre os objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros”, e o **espaço relacional**, um “conteúdo” que representa “no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos” (SANTOS, 1988, p. 26). O espaço, portanto, “não é uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, p. 26). A rigor, é a noção hegeliana de totalidade, mais do que a de sistema, que é reafirmada. Ou de um “universal” que, ao tempo mesmo em que ultrapassa a “parte”, não o faz sem “mediação” (LOSURDO, 2011, p. 168).

³ Esses relatos também estão nas notas 1 e 2 das cartas de Gramsci a Tatiana de 2/6/1930 e 28/6/1930, elaboradas pelos organizadores brasileiros das *Cartas do Cárcere* (HENRIQUES e COUTINHO, 2005, p. 426 e 434).

Recebido em 30 de maio de 2022

Aceito em 6 de junho de 2022

Editado em junho de 2022